

EDITORIAL

APRESENTAÇÃO

Com satisfação estamos publicando a edição correspondente ao Ano 5, número 06, referente ao primeiro semestre do ano de 2015 da Revista Saber Humano.

Disponibilizamos esta nova edição aos colaboradores diretos (autores, avaliadores, revisores e membros do Conselho Editorial), instituições parceiras, bem como ao público que a acessa livremente no portal eletrônico da Revista (<http://saberhumano.emnuvens.com.br/sh>), reforçando o compromisso da Revista em estimular o debate, a reflexão e a socialização de conhecimentos relacionados ao tema do desenvolvimento humano. , reforçando o compromisso da Revista em estimular o debate, a reflexão e a socialização de conhecimentos relacionados ao tema do desenvolvimento humano.

Nesta edição são publicados 7 artigos envolvendo ao todo 13 autores e coautores, dos quais cinco com vínculo à Faculdade Antonio Meneghetti, instituição que responde pela manutenção da Revista. A distribuição dos autores, por vínculo institucional, pode ser conferida no quadro a seguir:

Autores	Vínculo Institucional
05	Faculdade Antonio Meneghetti – AMF
03	Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC
01	Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
01	Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
01	Faculdade Santo Augusto – FAISA
01	Universidad de Valparaíso, Chile
01	Faculdade Nacional de Educação e Ensino Superior do Paraná – FANEESP

Por unidade da federação são 7 autores do Rio Grande do Sul, 3 de Santa Catarina, 1 do Paraná, 1 do Maranhão e 1 vinculado à universidade do Chile.

O trabalho de abertura desta edição, do professor Doutor Siegfried Muñoz van Lamoen, mostra um panorama histórico do desenvolvimento da ciência filosófica e do método científico, assim como a sua contribuição e influência no desenvolvimento da linguística, mostrando a mudança epistemológica nos modos de executar a ciência da linguagem, trabalhando desde o transcendentalismo do século XIX, até o immanentismo Saussureano advento do modelo hipotético dedutivo, chamado de "Gramática Generativa Transformacional" vislumbrando nela, uma aplicação estrita dos princípios do racionalismo crítico, dando lugar a um trabalho interdisciplinar e posteriormente nas novas disciplinas. Esta heterogeneidade surge da extensão potencial do objeto de estudo da linguística, para voltar a dar um sentido único à mesma.

Apoiados nos preceitos habermasianos de cidadania deliberativa, os autores Cíntia Cristina Kunz, Celso Ilgo Heinz e Jean Pierre Chassot realizam um estudo a cerca da gestão democrática em escola pública, com o intuito de identificar e demonstrar quais são os espaços existentes e utilizados pela comunidade para participação da gestão da escola. A gestão democrática da educação figura como norma jurídica desde a Constituição de 1988, no entanto, apesar de existirem instrumentos para sua viabilização, muitas vezes a mesma não se concretiza por falta de envolvimento dos indivíduos que compõem a comunidade escolar. A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso de caráter qualitativo e pode-se constatar no decorrer da mesma que todos os espaços previstos para a participação da comunidade estão presentes na escola. O resultado do trabalho concluiu que a gestão participativa na escola pública estudada esta presente em sua proposta de gestão, pois as pessoas que fazem parte da comunidade escolar têm autonomia e liberdade de ação participando dos espaços existentes, ou seja, todas as instâncias de ação coletiva que garantam que a escola cumpra o seu papel social estão presentes no cotidiano da escola, como o caso do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), a elaboração e implantação do Projeto Político Pedagógico da escola, o Conselho Escolar, Conselho de Classe, Grêmios Estudantil e o Círculo de Pais e Mestres.

Marta Helena Facco Piovesan reflete que ler, escrever e entender não são tarefas fáceis, mas atividades essenciais ao ensino da língua portuguesa. O manuscrito resume-se a uma ideia: fazer com que o ensino do português deixe de ser visto como a transmissão de conteúdos prontos e passe a ser uma tarefa de construção de conhecimento? Nesse sentido o trabalho parte do primeiro passo que é tornar a leitura compreensível para depois produzir o texto e ter a condição de analisar os aspectos linguísticos, onde professor e alunos são integrados para a construção de um ensino significativo. O trabalho tem como objetivo expor concepções de leitura com base em teóricos como Geraldi, Perini, Possenti, Neves, Koch e Simões, além de apresentar atividades concretas de como interpretar um texto de forma significativa. Para buscar elucidar a

problemática, a autora fez um estudo analítico de textos que serviram como proposta de aplicação didática para professores de Língua Portuguesa, partindo do pressuposto de que o professor deve assumir uma nova postura para ensinar a língua materna e formar usuários proficientes que se sintam seguros para escrever, falar e que gostem de ler.

Na sequência Antonio Gilberto Vasconcelos Aires e Márcia Regina Marchezan discutem a linguagem jurídica dos operadores do direito com o objetivo de revisar nas publicações sobre a temática, dada a importância da linguagem no campo jurídico, na forma verbal e escrita. Para tal, o estudo teve como método um estudo qualitativo e bibliográfico. Para atingir o objetivo proposto, os autores refletiram sobre a linguagem e suas peculiaridades no contexto do direito, compreendendo a retórica como a arte da persuasão, revisando o vocabulário jurídico e a comunicação jurídica, caracterizando a linguagem e a comunicação e, ainda, identificando a importância e a adequação da linguagem jurídica, permitindo aos mesmos alguns apontamentos, como: a importância da linguagem em todos os contextos da convivência humana; que a linguagem e a comunicação, juntas, permitem a troca de experiência entre os indivíduos; que a comunicação direciona o relacionamento social, a linguagem participa da construção da realidade; que a linguagem jurídica é mediadora entre o poder social e os indivíduos; que a comunicação e a linguagem norteiam todos os níveis da linguagem jurídica; que para o convencimento, os operadores do direito lançam mão do discurso persuasivo; que o vocabulário jurídico deve ser empregado de forma clara e concisa; que o uso equivocado poderá trazer prejuízos à comunicação jurídica; que no campo jurídico a linguagem tem importância significativa, tanto na forma verbal quanto escrita; linguagem jurídica é essencial para a padronização dos textos normativos e demais procedimentos judiciais; e, que todo operador do direito deve buscar a riqueza semântica que a linguagem jurídica oferece.

Joana de Jesus e Josiane Beatriz Piccin Barbieri discutem sobre a inteligência feminina para a tomada de poder, ou seja, as autoras refletem sobre a ausência das mulheres nos postos de poder, fazendo uma breve síntese dos eventos históricos identificando se a posição de poder da mulher foi sempre secundária em relação ao homem ou se teria sido anteriormente diversa, além de identificar as razões pelas quais a mulher, mesmo em um contexto mais favorável de tomada de poder, ainda é pouco presente. Para alcançar esses objetivos, o estudo descreveu o entendimento de autores que abordam o tema, além de buscar através de dados secundários, quali-quantitativos, recorrendo a algumas premissas filosóficas e ontológicas que colaboram com o entendimento mais profundo da natureza humana.

O próximo artigo faz um estudo diante da concepção dos gestores de saúde de hospitais de Lages/SC considerando os espaços de educação permanente. As autoras Izabel Cristina Feijó de Andrade, Marina Patrício de Arruda e Sonimary Nunes Arruda realizam uma análise contextual da Educação Permanente - EP como sendo um dos eixos teóricos destacados nesta pesquisa, de modo a contribuir na discussão sobre as possibilidades de efetivação da EP para o ambiente hospitalar. O método de pesquisa utilizado foi sob a forma qualitativa utilizando o modelo de estudo de caso. O estudo foi desenvolvido no período de dezembro de 2014 e janeiro de 2015, com os gestores de saúde de três Unidades Básicas de Saúde que tem implantados a Estratégia de Saúde da Família e onde se desenvolvem o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família, chamadas de Unidades-escola e com os Gestores do Hospital Geral Público e Gestores do Hospital Pediátrico do município. O alerta para que se possa compreender que o hospital ou a UBS funcionam como um sistema inter-relacionado é o alerta para o pensamento complexo em saúde. Assim, fica ao final do trabalho a ideia de que é preciso investir numa percepção abrangente que envolva a relação todo/partes.

Como fecho da edição, apresenta-se o trabalho de Márcio Ricardo Ferreira, que discute o problema social gerado pela drogadição no Brasil. Inicialmente, o mesmo realizou uma investigação sobre o contexto histórico e cultural que cerca o problema mundial das drogas. Depois o autor propôs uma reflexão sobre os discursos oficiais dos órgãos nacionais e internacionais de controle. Na sequência comparou fez um comparativo ideológico entre os movimentos abolicionista e o proibicionista. Este último busca de forma seletiva a criminalização do consumo de drogas com base no argumento médico-jurídico, descrevendo como sendo o uso de drogas a mola propulsora do tráfico de entorpecentes, por isso, luta pela expansão do Direito Penal de Risco. Já o movimento contrário, os abolicionista/liberais, buscam o fim da repressão e a flexibilização do Direito Penal com o objetivo de reduzir os danos causados aos usuários. Para esta teoria o uso de drogas é um problema de saúde pública e não criminal. Por fim, o autor faz uma análise do direito comparado e uma análise comparativa dos modelos de descriminalização portuguesa e despenalização brasileira, aferindo a legitimidade e os limites da intervenção penal face o consumo de drogas.

Na expectativa de que os trabalhos desta edição despertem a curiosidade e satisfaçam as expectativas dos leitores, a Revista Saber Humano agradece a todos os que colaboraram para esta edição – autores, avaliadores, revisores, membros do Conselho Editorial – ao mesmo tempo em que se coloca à disposição para receber novas contribuições que se proponham a alimentar o debate, tanto no sentido de reforçar ideias, responder criticamente posicionamentos teórico-metodológicos utilizados pelos nossos colaboradores para analisar processos ou situações de desenvolvimento, quanto para agregar novos temas, conceitos ou abordagens que contribuam para alargar e fazer avançar as reflexões em torno do desenvolvimento humano.

Prof. Ms. Jean Pierre Chassot

Editor